



MEC –SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – Campus Formiga
Curso Superior Tecnólogo em Gestão Financeira

**MICROFINANÇAS E MICROCRÉDITO:
UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE A PRODUÇÃO
CIENTÍFICA NO BRASIL**

Débora Elias

Orientador: Prof. Miguel Rivera Peres Júnior

FORMIGA- MG
2015

DÉBORA ELIAS

**MICROFINANÇAS E MICROCRÉDITO:
UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE A PRODUÇÃO
CIENTÍFICA NO BRASIL**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Financeira do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Formiga.

Orientador: Prof. Miguel Rivera Peres Júnior

FORMIGA- MG
2015

AGRADECIMENTOS

Deixo expressos meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para que essa jornada da minha vida fosse concluída.

Agradeço imensamente aos meus pais, Míriam e Geraldo, pela dedicação e suporte que me proporcionaram, e que foram indispensáveis no percorrer dessa caminhada. Ao meu irmão, Henrique, que, mesmo longe, me apoiou; a todos os meus familiares e amigos, pelo incentivo e, em especial, ao meu companheiro, Wesley, que esteve sempre ao meu lado, encorajando-me para que fizesse o meu melhor.

Dirijo-me também a toda essa instituição: a direção, administração, aos bibliotecários e, é claro, aos professores, pelos valores e conhecimentos transmitidos, que levarei comigo pelo resto de minha vida. Agradeço principalmente ao meu professor orientador, Miguel Rivera Peres Júnior, que desde o início me incentivou e auxiliou com seus ensinamentos, sugestões, opiniões, correções e que, sem o qual, o resultado obtido nesse trabalho não seria o mesmo.

A todos, muito obrigada!

RESUMO

Esse artigo apresenta uma análise bibliométrica da produção científica no Brasil, com a temática do microcrédito e microfinanças. Para alcançar esse objetivo, recorreu-se a base de dados: Google Acadêmico. Por meio da utilização de técnicas e ferramentas bibliométricas, identificou-se os artigos, os autores e os periódicos de maior impacto na área. Verificou-se, ainda, que entre os serviços das microfinanças, o microcrédito é o mais conhecido e difundido no Brasil. Também foi possível identificar as temáticas mais relacionadas com a área pesquisada, que foram: desenvolvimento rural, economia política, economia solidária e pobreza. Concluiu-se que as microfinanças ainda são pouco estudadas na área financeira, e se ofereceu isso como um alerta e sugestão para trabalhos futuros.

Palavras-chave: microcrédito, microfinanças, estudo bibliométrico.

ABSTRACT

This article presents a bibliometric analysis of scientific production in Brazil, with microcredit and microfinance theme. To achieve this goal, it was used the database: Google Scholar. Through the use of bibliometric techniques and tools, we identified the articles, authors and the greater impact periodicals on area . It was found , that among the services of microfinance, microcredit is the best known and widespread in Brazil. Moreover, it was possible to identify the themes more related to the studied area, which were: rural development, political economy, social economy and poverty. It was concluded that microfinance is still little studied in the financial area, and offered it as a warning and suggestions for future work.

Keywords: microcredit, microfinance, bibliometric study.

RESUMEN

El presente artículo muestra un análisis bibliométrico de la producción científica en el Brasil, con los temas del microcrédito y la microfinanciación. Para lograr este objetivo, se utilizó la base de datos del Google Académico. Mediante el uso de técnicas y herramientas bibliométricas, fueron identificados los artículos, autores con mayor impacto en la área. Puede se constatar, que, entre los servicios de las microfinanzas, el microcrédito es el mas conocido y difundido en el Brasil. También fue posible identificar los temas más relacionados con el área en estudio, los cuales fueron: desarrollo rural, economía política, economía social y la pobreza. Se llegó a la conclusión que las microfinanzas todavía son poco estudiadas en el área financiera, teniendo esto como una alerta y una sugerión para próximos trabajos.

Palabras clave: microcrédito, microfinanzas, estudio bibliométrico.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 CONCEITOS BÁSICOS.....	1
2.1 Definições e características das microfinanças e microcrédito	1
2.2 Breve histórico das microfinanças.....	4
2.3 Microfinanças no Brasil.....	5
3 METODOLOGIA	8
3.1 Bibliometria: Conceitos básicos.....	8
3.2 Procedimentos metodológicos	10
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	11
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
6 REFERÊNCIAS.....	26

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros indícios do surgimento das microfinanças datam do século XV, no entanto, o divisor de águas, aquilo que revolucionou o segmento, ocorreu apenas no final dos anos 70, através de Muhammad Yunus. Na tentativa de ajudar a população de uma aldeia do país onde morava, Yunus acabou desenvolvendo uma metodologia inovadora de empréstimos aos pobres, que mais tarde foi replicada por países em todo o mundo: o microcrédito (HOLLIS; SWEETMAN, 1998; YUNUS, 2010).

Desde então, as microfinanças, especialmente o microcrédito, foram ganhando mais força e destaque. A visão de que esses serviços microfinanceiros serviam como um instrumento de enfrentamento à pobreza colaborou para que crescesse o interesse dos governos de diversas nações. Cada vez mais, jornais, revistas, publicações acadêmicas e institucionais, e tantos outros meios de comunicação escrita, abordaram sobre o tema das microfinanças (MIGUEL, 2014).

Diante disso, surge o questionamento sobre quais seriam as características da produção científica com a temática das microfinanças no Brasil. Para responder a essa questão, efetuou-se um estudo bibliométrico na base de dados Google Acadêmico. O objetivo desse estudo foi analisar as características da produção científica na área das microfinanças, através da análise de indicadores obtidos a partir das publicações que tratam do tema. Para que isso seja alcançado, procurou-se identificar os trabalhos, periódicos e autores que apareceram com maior frequência na base de dados desse trabalho e/ou de maior impacto na área, bem como analisar as citações e autocitações desses últimos; além disso, procurou-se identificar as principais referências na área e quais os conceitos que estão mais associados às microfinanças (ou microcrédito), e suas interligações.

A importância desse estudo bibliométrico está no fornecimento de um conjunto de particularidades, padrões e análises acerca das publicações na área das microfinanças, mapeando o cenário atual do que é a produção científica sobre esse tema no Brasil. Algo que ainda não tinha sido feito no país, e que contribuirá como um importante recurso para todos aqueles que queiram pesquisar e publicar sobre o assunto.

2 CONCEITOS BÁSICOS

2.1 DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DAS MICROFINANÇAS E MICROCRÉDITO

Não existe consenso absoluto na literatura que trata do tema, sobre os conceitos de microfinanças e microcrédito. Muitas vezes, eles são tratados como sinônimos, cabendo a alguns autores e entidades fazerem uma ou outra distinção (BARONE; SADER, 2008). De acordo com Silva (2002), microfinanças refere-se ao

fornecimento aos mais pobres, de serviços financeiros variados que, adequados as suas próprias necessidades, objetivam, também, uma alternativa de combate à pobreza. Entre esses serviços estão os micro-empréstimos, os microsseguros, as micropoupanças, etc.

Martins et al. (2002, p. 61) definem microfinanças como:

[...] oferecimento de serviços financeiros, por instituições financeiras strictu sensu (bancos, financeiras, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, e cooperativas de crédito) ou não (Organizações não Governamentais, e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), para pessoas e empresas tradicionalmente excluídas do sistema financeiro tradicional.

Vale lembrar que os produtos criados pelo setor microfinanceiro não são mera reprodução daqueles oferecidos pelo sistema financeiro tradicional (bancos comerciais e financeiras). Eles fazem parte de uma filosofia em que o crédito é visto como um direito do ser humano, pois permite seu desenvolvimento e o de sua unidade produtiva (BARONE; ZOUAIN, 2007).

Dentre os serviços fornecidos pelas microfinanças destaca-se, principalmente, o microcrédito. Na literatura, são encontradas diferentes definições para esse termo. Para Gulli (1998, apud NERI; MEDRADO, 2010, p. 135) o microcrédito “consiste em serviços financeiros de pequena escala, isto é, que envolvam valores baixos”, por outro lado, Schreiner (2001, apud NERI; MEDRADO, 2010, p. 135) “não define o termo pelo valor emprestado, mas sim como o crédito concedido a pessoas de baixa renda.” Para Passos et al. (2002, p. 41) o microcrédito pode ser definido “como crédito para pobres, dado sem garantias reais e de forma sustentável para geração de auto emprego.” Martins et al. (2002, p. 61) propõem a definição de microcrédito como apenas a “concessão de empréstimos de pequeno valor no contexto das microfinanças.” Constanzi (2002) destaca que o microcrédito não deve ser definido pelos baixos valores dos créditos mas que, esse pequeno valor médio de empréstimos concedidos, deve-se, na realidade, à consequência do microcrédito ser justamente direcionado aos pobres e empreendimentos de baixa renda, geralmente excluídos do sistema financeiro tradicional. Portanto, o microcrédito é para ele, a democratização do crédito.

De acordo com Cavalcanti (2003), as principais características do microcrédito são: empréstimos de valores pequenos ou até muito pequenos; o público-alvo são as famílias de baixa renda e microempreendedores formais e informais; o microcrédito é utilizado para incrementar o microempreendimento ou até para uso comunitário em saúde, educação e habitação; os prazos dos empréstimos são flexíveis às condições do público-alvo local; e as formas de garantia são adaptadas às possibilidades do cliente, que pode se utilizar de avalista, alienação do bem ou do aval solidário, cuja garantia é oferecida por um grupo que mantém certo relacionamento e interação.

Uma das inovações do microcrédito é justamente o aval solidário. Como o microcrédito é geralmente fornecido a pessoas e/ou empresas que não possuem acesso ao sistema financeiro tradicional, por não terem patrimônio suficiente para

assegurar uma operação de crédito, foi necessário que se criasse uma metodologia baseada em laços de relacionamento entre aqueles que quisessem contrair um empréstimo, a fim de romper com o ciclo de escassez de garantias reais (CROCCO; PEREIRA, 2004).

Para Lima (2009, p. 54), o aval solidário é:

Uma das formas mais efetivas de colateral social. Nesse sistema, os tomadores de empréstimos formam grupos, no qual os membros se avalizam mutuamente. Dessa forma, os beneficiários fiscalizam uns aos outros para evitar a inadimplência e o cancelamento dos empréstimos.

Ainda se referindo ao microcrédito, deve-se salientar o conceito de microcrédito produtivo orientado que, de acordo com Barone e Zouain (2008), não se destina ao consumo próprio. Trata-se de um crédito especializado, destinado a negócios de pequeno porte e gerenciados por pessoas de baixa renda. Ou seja, é utilizado para aplicação na atividade profissional.

O microcrédito produtivo orientado é:

O crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica (BRASIL, [2014?]).

Esse relacionamento direto se dá por meio do agente de crédito que é mais uma inovação do microcrédito. É ele que seleciona e monitora o crédito, fazendo visitas frequentes ao local de trabalho do cliente e interagindo com seu meio social (SELA et al. 2006).

O agente de crédito é, portanto, o responsável pelo “levantamento de dados sobre tomadores, principalmente, novos empreendedores ou grupos, acompanhamento e auxílio a clientes, emissão e análise de relatórios técnicos e recuperação de crédito de tomadores inadimplentes” (DRIUSSO; GONZALEZ, 2008, p. 57).

Segundo Sela et al. (2006) o sistema de crédito tradicional está calcado na agência, suas normas e procedimentos de crédito, mas o microcrédito está baseado no agente de crédito e na capacidade de avaliação do cliente.

As definições de microfinanças e microcrédito ainda não são muito precisas. No entanto, a Figura 1 ilustra bem a estrutura dos conceitos apresentados até agora neste trabalho. Em resumo, pode-se dizer que o microcrédito constitui um dos serviços das microfinanças, serviços esses que são destinados a pessoas ou empreendimentos de baixa renda que geralmente não possuem acesso ao crédito formal, por não terem as garantias exigidas pelo sistema financeiro tradicional.

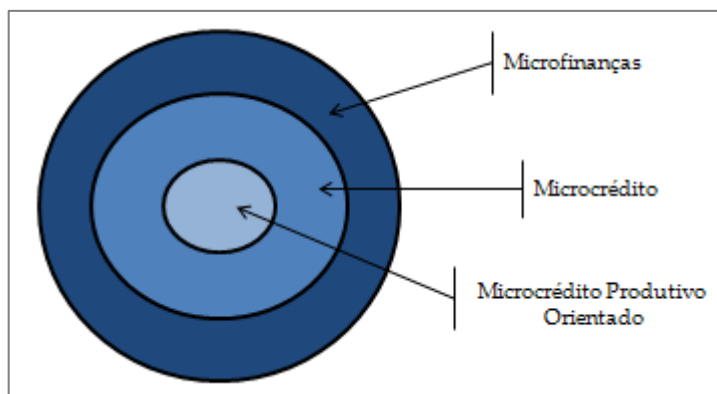


Figura 1: Estrutura dos conceitos das microfinanças
 Fonte: Adaptado de SOARES e SOBRINHO, 2007.

Por fim, o microcrédito produtivo orientado é um crédito não destinado ao consumo, especializado para a atividade profissional, sendo utilizado para produção (capital de giro e investimento) das microempresas e pequenos empreendedores formais ou informais que o contraem.

2.2 BREVE HISTÓRICO DAS MICROFINANÇAS

As microfinanças não são um fenômeno recente. A iniciativa de oferecer crédito a populações de baixa renda vem desde o século XV, quando por volta de 1480, instituições de caridade passaram a conceder empréstimos com taxas reduzidas a jovens comerciantes da Inglaterra. No século XVIII, na Irlanda, Dean Jonathan Swift, criou o *"Irish Loan Fund System"*, no qual eram oferecidos pequenos créditos para agricultores pobres que não tinham garantias reais. Já no século XIX, surgiram as cooperativas de crédito Raiffeisen, na Alemanha que se espalharam e serviram de modelo para a criação de instituições semelhantes em diversos países da Europa, América do Norte, e Ásia (HOLLIS; SWEETMAN, 1998; HELMS, 2006 apud. SILVA; GÓIS, 2007).

Porém, aquilo que revolucionou e tornou o microcrédito conhecido em todo o mundo ocorreu só nos anos 70. Tudo começou quando Bangladesh era assolada por uma fome generalizada e um professor de economia, Muhammad Yunus, resolveu se solidarizar com a população da aldeia de Jobra, que ficava bem ao lado da Chittagong University. Ele percebeu que aquelas pessoas sofriam com uma grande dependência de agiotas que lhe emprestavam dinheiro e cobravam juros altíssimos, impedindo-as de se libertarem da pobreza e as obrigando a viver em um "quase regime de escravidão". Ao fazer uma lista da prática de agiotagem na aldeia, ele descobriu que 42 pessoas deviam, ao todo, somente 856 takas, algo como US\$27, atualmente. Foi então que Yunus resolveu tirar dinheiro do próprio bolso e entregou aos devedores para que pudessem pagar e se livrar dos agiotas. No intuito de continuar ajudando essas pessoas, em 1976, Yunus se ofereceu a um banco como fiador. Começou a emprestar dinheiro aos pobres da aldeia, assinando todos os papéis como garantidor pessoal dos empréstimos e agindo por conta própria como

uma espécie de banqueiro informal. As pessoas saldariam seus empréstimos em pequenas quantias semanais e no lugar de irem ao banco, era um funcionário do banco que iria até elas. Essa foi uma ideia que deu certo e impulsionou a criação do primeiro banco dedicado a servir aos pobres, o Grameen Bank (YUNUS, 2010).

Atualmente, o Grameen Bank é de âmbito nacional e atende cada uma das aldeias de Bangladesh. Os proprietários são os próprios mutuários que, como acionistas, elegem 9 dos 13 membros do conselho de administração. O banco empresta US\$100 milhões por mês em empréstimos sem garantias com valor médio de US\$200. Com cerca de 8 milhões de tomadores (97% são mulheres), a taxa de pagamento dos empréstimos é surpreendentemente alta, por volta dos 98% (YUNUS, 2010). Em todo o mundo foram criados diversos outros programas inspirados no Grameen Bank. Seu modelo já foi reproduzido em mais de 30 países e em 2006 rendeu o Prêmio Nobel da Paz para Yunus (BARONE et al., 2002; YUNUS, 2010).

Mas, além do Grameen, pode-se destacar o Banco Rakyái, na Indonésia, criado nos anos 70, que atua predominantemente na zona rural do país; e Land Bank of Philippines – LDP, que atende também à população rural, nas Filipinas (BRAGA; TONETO JÚNIOR, 2000; LIMA 2009;). Na América Latina há também muitos programas voltados para prover microcrédito. Dentre eles, pode-se citar: o Bancosol, Caja Los Andes, PRODEM, FIE e Sartawi na Bolívia; a Financiera Calpiá em El Salvador; Compartamos no México; MiBanco no Peru; a Caja Social na Colômbia; ADOPEM na República Dominicana; e Crediamigo no Brasil (NERI; MEDRADO, 2010).

2.3 MICROFINANÇAS NO BRASIL

A história das microfinanças no Brasil começa em 1950. Na tentativa de ajudar os excluídos sociais a iniciarem uma atividade produtiva, dom Helder Câmara, no Rio de Janeiro, criou uma “carteira de empréstimos”. Isso foi o embrião do Banco da Providência, criado pela Igreja Católica a fim de auxiliar a população carioca que sofria com uma realidade miserável e de exclusão social (BARONE; ZOUAIN, 2007).

No ano de 1973, nos municípios de Recife e Salvador, por iniciativa e auxílio técnico da organização não governamental Accion International, na época, AITEC, e com a participação de bancos locais e entidades empresariais, foi criada a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, mais conhecida como UNO, que oferecia microcrédito e capacitava trabalhadores de baixa renda do setor informal. Durante muito tempo, a UNO foi a principal referência para a expansão de programas de microcrédito na América Latina, porém, após dezoito anos, desapareceu, principalmente por não considerar a autossustentabilidade uma parte fundamental de suas políticas (BARONE et al. 2002).

Em 1986, foram criados o Banco do Microcrédito, no Paraná, e o PROMICRO, no Distrito Federal. No ano seguinte, foi criado o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS), instituído sob a forma de Organização

não governamental e considerado a primeira organização formal em microcrédito. (BARONE et al. 2002).

O Banco da Mulher/seção Bahia, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para Infância/UNICEF e do Banco Interamericano (BID), inaugurou, em 1989, o seu programa de microcrédito utilizando a metodologia de grupos solidários. Inicialmente atendia somente a mulheres, mas depois abriu espaço para também a clientela masculina (BARONE et al., 2002).

Nos anos 90, o Brasil passou por uma estabilização monetária decorrente do Plano Real, em 1994. Isso favoreceu a expansão das microfinanças, com um aumento da demanda por microcrédito, ampliação do leque institucional envolvido com as microfinanças e início da construção de uma regulação da atuação do setor de microfinanças no Brasil. Não pode esquecer-se de destacar a criação da Federação Nacional dos Pequenos Empreendedores (FENAPE) em 1990 e o surgimento dos "Bancos do Povo" no final da década de 90, que eram iniciativas de governos estaduais e municipais, fazendo parte da política pública de geração de trabalho e renda (AMARAL, 2005; CARNEIRO et al., 2004).

No ano de 1994, com o objetivo de conceder crédito, capacitação gerencial e acompanhamento técnico a micro e pequenos empreendimentos formais e informais, foi criado o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) (MACIEL et al., 2009).

Em 1995, a Prefeitura de Porto Alegre, em parceria com entidades da sociedade civil, criou a organização não governamental Portosol - Instituição Comunitária de Crédito, cujo objetivo era fornecer crédito com rapidez, pouca burocracia, a taxas acessíveis aos pequenos empresários formais e informais. Nesse mesmo ano, criou-se o Sistema Cresol que é uma iniciativa empreendida por organizações não governamentais e entidades de representação social da agricultura familiar no Sul do Brasil que atende, exclusivamente, esses agricultores (BARONE et al., 2002; MACIEL et al., 2009).

No ano de 1996, por iniciativa do Movimento Rio, foi criado o Vivacred para oferecer crédito a microempreendimentos de baixa renda nas comunidades carentes do Rio de Janeiro. Foi criado também, pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), com o objetivo de divulgar o conceito de microcrédito e atender pequenos empreendedores formais ou informais (BARONE et al., 2002).

Já em 1997, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) lançou o programa Crediamigo, concedendo crédito a pequenos empreendedores de baixa renda da região nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo (BARONE et al., 2002).

Em 1999, foi implementada a lei do terceiro setor, Lei 9790/99, que criou a classificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e incluiu o microcrédito como uma de suas finalidades. Com a Medida Provisória 1.965/2000, apenas aquelas qualificadas como OSCIP, além das instituições com autorização de funcionamento fornecida pelo Banco Central do Brasil e as Sociedades de Crédito ao

Microempreendedor, não seriam sujeitas às estipulações usurárias, com limite de taxa de juros a 12% ao ano (SEBRAE, [ca. 2014]).

Em 2001, o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) começou a atuar no setor de microfinanças, criando o Programa de Apoio ao Segmento de Microcrédito. Nesse mesmo ano, foi implementada outra importante lei para o setor de microfinanças, a Lei 10194/2001, dispondo sobre a constituição e funcionamento das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, que são entidades jurídicas de direito privado, com finalidade lucrativa. Essas organizações têm por objeto social exclusivo a concessão de financiamentos e a prestação de serviços a pessoas físicas ou jurídicas, com vistas a viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial de pequeno porte (BARONE et al., 2002; BRASIL, 2001).

Ainda no ano 2001, a Caixa Econômica Federal (CEF) iniciou sua estratégia de atuação no segmento de microfinanças, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social brasileiro. E, em 2002, criou a “ONG Moradia e Cidadania” para atender aos empresários do setor informal nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro (BIJOS, 2004).

No ano seguinte, o Banco Central do Brasil, por meio de uma resolução de agosto de 2003, autorizou os bancos a utilizar 2% do seu recolhimento de depósito compulsório como fonte de recursos para ofertar microcrédito (CARNEIRO et al. 2004).

Alguns anos depois, em 2005, foi criada a principal regulação do microcrédito, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado – PNMPO, por meio da Lei 11110/2005. O programa incentiva a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, disponibilizando recursos para o microcrédito produtivo orientado e oferecendo apoio técnico às instituições. Nesse mesmo ano, foi celebrado o Ano Internacional do Microcrédito (BRASIL, [2014?]).

No ano de 2012, o microsseguro passou a existir oficialmente com a publicação das Circulares SUSEP nº 439 a 444, nas quais foram estabelecidas regras para os produtos de microsseguros (CBDES, 2013).

Além de todos os programas de microfinanças citados acima, surgiram muitos outros no decorrer desses anos, como, por exemplo, o Agroamigo, criado em 2005 pelo Banco do Nordeste; o Programa Crescer de Microcrédito Produtivo Orientado, criado pelo Governo Federal em 2011; e o Programa de Microcrédito Gaúcho, também em 2011. A Figura 2 ilustra em uma linha do tempo, alguns acontecimentos importantes no setor microfinanceiro brasileiro.

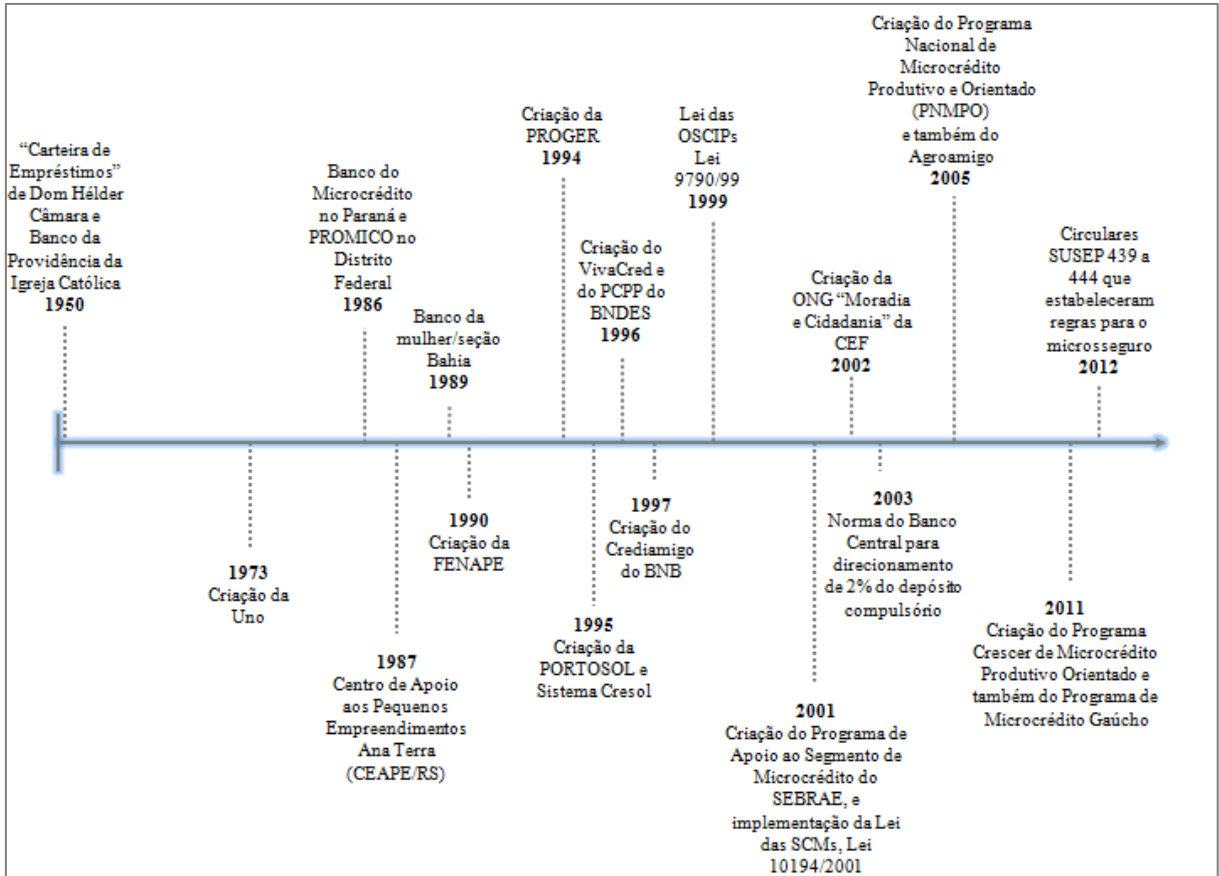


Figura 2: Linha do tempo sobre o histórico das microfinanças no Brasil

Fonte: Elaborado pela autora

Muitos desses programas concedem crédito com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda e o crescimento e desenvolvimento de micro e pequenas empresas que hoje, no Brasil, representam 99% das empresas nacionais (cerca de 9 milhões de micro e pequenas empresas) e 27% do Produto Interno Bruto (MACEDO et al. 2013; SEBRAE [ca. 2014]).

De acordo com a Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças (ABCRED), que possui 40 OSCIPs de microcrédito associadas, foram realizados em 2013 mais de 300 mil contratos de microcrédito com microempreendedores, em um valor total superior a R\$800 milhões, finalizando o ano com 198 mil clientes ativos, sendo que, 60,5% dos empréstimos concedidos por essas instituições, foram contraídos por mulheres (ABCRED, [2014?]).

3 METODOLOGIA

3.1 BIBLIOMETRIA: CONCEITOS BÁSICOS

Com a expansão da ciência e tecnologia, busca-se, cada vez mais, uma forma de mensurá-las. Nas últimas décadas tem sido crescente o interesse de especialistas e autoridades governamentais por indicadores quantitativos que, além de

proporcionarem um melhor entendimento sobre a dinâmica da ciência e tecnologia, seus avanços e desenvolvimentos alcançados pelas diversas disciplinas do conhecimento, também auxiliam no planejamento de políticas públicas e na tomada de decisões como, por exemplo, quais são as instituições e áreas com maior produtividade e potencialidade e que, por isso, merecem a preferência na alocação de recursos (SANTOS, 2003; VANTI, 2002).

É nesse contexto que a bibliometria encontra sua função e importância. A bibliometria era antes conhecida por “bibliografia estatística”, termo cunhado por Edward Wyndham Hulme em 1922 (VANTI, 2002). De acordo com Fonseca (1973), o criador da palavra “bibliometria” foi Paul Otlet, em uma obra intitulada de “*Traité de documentatión*”, publicada em 1934. Porém, quem popularizou o termo foi Alan Pritchard, em 1969, ao sugerir a substituição da “bibliografia estatística” por bibliometria (VANTI, 2002).

Pritchard (1969, apud BUFREM; PRATES, 2005, p. 11) definiu bibliometria como a “aplicação de métodos matemáticos e estatísticos a livros e outros meios de comunicação, aconselhando sua utilização em todos os estudos que buscassem quantificar o processo de comunicação escrita”. Para Guedes e Borschiver (2005, p. 15):

A Bibliometria é uma ferramenta estatística que permite mapear e gerar diferentes indicadores de tratamento e gestão da informação e do conhecimento, especialmente em sistemas de informação e de comunicação científicos e tecnológicos, e de produtividade, necessários ao planejamento, avaliação e gestão da ciência e da tecnologia, de uma determinada comunidade científica ou país (GUEDES; BORSCHIVER, 2005, p. 15).

Na bibliometria há três leis clássicas: a Lei de Lotka ou Lei do Quadrado Inverso, formulada em 1926, que aponta a coexistência de um pequeno número de pesquisadores extremamente produtivos com uma grande quantidade de cientistas menos produtivos. A Lei de Bradford ou Lei de Dispersão, que trata da dispersão dos autores em diferentes publicações periódicas, cujo principal objetivo é estabelecer o núcleo dos periódicos que melhor se concentrasse em determinado tema. E, por fim, a Lei de Zipt ou Lei do Mínimo Esforço, que se refere à frequência da ocorrência de palavras num texto longo. Segundo o formulador da lei, existe uma economia do uso de palavras, ou seja, uma mesma palavra será utilizada várias vezes; as palavras mais utilizadas indicam o assunto do documento (SANTOS; KOBASHI, 2009; ARAÚJO, 2006).

Outros estudos e conceitos são relacionados à bibliometria, porém a análise de citações é a que mais se destaca. Por meio dessa ferramenta bibliométrica é possível identificar e descrever uma série de padrões na produção do conhecimento científico. Por exemplo: os autores mais citados e produtivos; a elite de pesquisa e frente de pesquisa; o fator de impacto dos autores; a procedência geográfica e/ou institucional dos autores mais influentes em determinado campo de pesquisa; o tipo de documento mais utilizado; a idade média da literatura utilizada; a obsolescência da

literatura; a procedência geográfica e/ou institucional da bibliografia utilizada; os periódicos mais usados; e o “core” de periódicos que compõem um campo (ARAÚJO, 2006). Por meio desses indicadores, “é possível saber como se dá a comunicação científica de uma área do conhecimento, obtendo-se, assim, um “mapeamento” da mesma, descobrindo teorias e metodologias consolidadas.” (CAREGNATO; VANZ, 2003, p. 251).

Os dados necessários para pesquisas bibliométricas como as citadas acima, estão disponibilizados em bases de dados bibliográficas como a Web of Science, a Scopus, a Scielo e o Google Acadêmico. Essa última merece maior atenção por ser uma ferramenta gratuita, ou seja, um mecanismo de pesquisa popular e democrático que recupera, sem restrições, conteúdos (teses e dissertações, artigos de congressos e de periódicos abertos ou pagos, etc) disponibilizados via web. Com isso, bons artigos que geralmente não são indexados em bases de dados tradicionais como a Web of Science, poderiam ser reconhecidos por suas qualidades intrínsecas sem ter que, necessariamente, sobrepor os quesitos impostos pela sofisticada indústria editorial dos países desenvolvidos. Dentre esses critérios, o mais prejudicial para a ciência do Terceiro Mundo é a restrição temática, afinal, periódicos internacionais só se interessam por artigos que tratam de problemas relacionados ao Primeiro Mundo (MUGNAINI; STREHL, 2008).

É claro que até mesmo as bases de dados de citação mais consolidadas (Web of Science e Scopus) apresentam inconsistências nos dados e, com o Google Acadêmico, não seria diferente. Soma-se, ainda, o fato de ser uma ferramenta gratuita e relativamente nova, criada em 2004. Porém, o Google Acadêmico mostrou-se capaz de conferir visibilidade às publicações de diversos países, não só os de Primeiro Mundo, abrindo portas para que esses documentos disponibilizados na Web sejam acessados e até mesmo reconhecidos internacionalmente (CAREGNATO, 2011; MUGNAINI; STREHL, 2008).

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para se alcançar o objetivo desse estudo, que é analisar as características da produção científica na área das microfinanças no Brasil, utilizaram-se algumas das técnicas, ferramentas e indicadores bibliométricos citados anteriormente. Mas, antes de especificá-los, é necessário apresentar como o corpus (bases de informações bibliográficas consultadas) do trabalho foi construído.

A base de dados bibliográficos utilizada foi o Google Acadêmico. Por uma medida de precaução, considerando-se que o Google Acadêmico possui uma extensa gama de conteúdo quase sem nenhuma restrição, resolveu-se trabalhar somente com artigos de periódicos ou eventos publicados, excetuando-se monografias, dissertações, teses de doutorado, *working papers*, ou qualquer outro tipo de documento que não se enquadrasse nos termos estabelecidos.

O primeiro passo para o desenvolvimento deste estudo foi a efetivação da pesquisa pelo termo “microfinanças” e “microcrédito” no Google Acadêmico.

Entende-se que, dessa forma, os estudos que abordariam a temática pesquisada seriam selecionados. A busca foi realizada no dia 06 de junho de 2014 e, em um primeiro momento, os termos foram pesquisados separadamente. Foram considerados somente documentos com pelo menos uma citação. O termo “microcrédito” reportou 137 documentos, e “microfinanças”, 150.

Somente após isso, é que se fez a seleção dos documentos (artigos de periódicos e eventos) e que, além disso, apresentavam ao menos 5 citações. No final, obteve-se um total de 43 artigos.

A partir daí, com base nesses artigos, o estudo bibliométrico começou a se formar. Para isso, utilizaram-se indicadores bibliométricos de impacto científico como, por exemplo, o número de citações recebidas pelos trabalhos. As análises de citações e referências serviram como indicadores de associações temáticas.

A colaboração de algumas ferramentas bibliométricas tornou-se imprescindível para a obtenção desses indicadores. Além do Google Acadêmico, que possibilitou a formação do corpus deste trabalho, o Bibexcel, o Pajek e também o Wordle foram utilizados.

O Bibexcel é um software livre que foi desenvolvido por Olle Person. No Bibexcel é possível fazer uma quantidade enorme de tipos de análises bibliométricas, como, por exemplo: análise descritiva de produtividade e citações; análise de coautoria; cocitação; *co-words*, análises multivariadas; e análises de redes (ASTROM et al., 2009; VANZ; STUMPF, 2010).

O Pajek também é um software livre que foi desenvolvido por Vladimir Batagelj e Andrej Mrvar, em 1996. O nome “pajek” significa “aranha” em esloveno. A utilização do programa é feita para análise e visualização de redes como redes de interação, genealogias, redes de Internet e redes de citação. Neste estudo o Pajek foi usado para a criação das redes de relacionamentos entre os artigos mais citados pelo Google Acadêmico e as referências mais usadas por esses artigos (BATAGELJ; MRVAR, 2011; LEITE; FERNANDES, 2012).

Já o Wordle, apesar de não ser tão conhecido quanto o Bibexcel e o Pajek, vem sendo utilizado em diversos estudos bibliométricos e, neste estudo, foi um importante recurso para a análise dos conceitos mais associados à temática principal. Isso porque o Wordle possibilita a criação de nuvens de palavras com base nos textos que lhe são fornecidos (nesse caso, os textos fornecidos foram os resumos dos artigos). As palavras em destaque são aquelas mais frequentes e utilizadas nos textos (FEINBERG, [2013]).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os documentos recuperados (como revela a Tabela 1), o artigo de maior impacto (27 citações) é “*Os valores da Economia Solidária*”, publicado no ano de 2009 por um periódico da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS): o Sociologias. O

autor é Lucas Rodrigues Azambuja, pesquisador associado ao Grupo de Pesquisa Sociedade, Economia e Trabalho (IFCH-UFRGS).

Tabela1: Documentos com maior número de citações

Títulos dos documentos	Quant. de citações
AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os valores da Economia Solidária. Porto Alegre: Sociologias , n. 21, 2009.	27
JUNQUEIRA, Rodrigo G. P; ABRAMOVAY, Ricardo. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. São Paulo: R. Adm. n. 1, v. 40, 2005, p. 19-33.	26
BITTENCOURT, Gilson; MAGALHÃES, Reginaldo; ABRAMOVAY, Ricardo. Informação de crédito: um meio para ampliar o acesso dos mais pobres ao sistema financeiro. São Paulo: P&D , n. 2(28), v. 16, 2005, p. 203-248.	26
BÚRIGO, Fábio Luiz. Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. UFRJ: Estudos Sociedade e Agricultura , v. 14, 2006, p. 312-349.	23
MAGALHÃES, Reginaldo Sales; ABRAMOVAY, Ricardo. A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia. RBCS , v. 22, 2007, p. 107-119.	18
ARAÚJO, Luiz Alberto D'Ávila de; NETO, Paulo de Melo Jorge; PONCE, David Augustín Salazar. Competição e concentração entre os bancos brasileiros. Brasília: Economia , n. 3, v. 7, 2006, p. 561-586.	16
FERREIRA, Marco Aurélio Marques; GONÇALVES, Rosiane Maria Lima; BRAGA, Marcelo José. Investigação do desempenho das cooperativas de crédito de Minas Gerais por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA). São Paulo: Econ. Aplic. , n. 3, v. 11, 2007, p. 425-445.	16
ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, Marie-Gabrielle. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. Brasília: Cadernos de Ciência & Tecnologia , n. 1, v. 22, 2005, p. 53-66.	16
NITSCH, Manfred; SANTOS, Carlos A. Da repressão financeira ao microcrédito. Revista de Economia Política , n. 4(84), v. 21, 2001.	15
NERI, Marcelo Côrtes; MEDRADO, André Luiz. Experimentando o microcrédito: uma análise de impacto do Crediamigo no acesso à crédito. REN , v. 41, 2010, p. 133-154.	15
PASSOS, Alessandro Ferreira dos; PAIVA, Luís Henrique; GALIZA, Marcelo; CONSTANZI, Rogério Nagamine. Focalização, sustentabilidade e marco legal: uma revisão da literatura de microfinanças. Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise , 2002.	15
SINGER, Paul. Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Boletim Mercado de Trabalho , 2009.	15

Fonte: Elaborado pela autora

O objetivo do estudo foi o de identificar os valores ideológicos dos trabalhadores na condução de práticas de autogestão como o cooperativismo, demonstrando que eles possuem outros valores diferentes da Economia Solidária (solidariedade, igualdade e participação), confrontando, dessa forma, com as ideias de um importante autor da área: Paul Singer (AZAMBUJA, 2009, p. 310).

Vale ressaltar que a palavra “microfinanças” aparece somente uma vez ao longo de todo o estudo: ao se fazer menção aos efeitos da abertura econômica no País na década de 90, como o aumento do desemprego e o fechamento de empresas, o que impulsionou o surgimento de iniciativas econômicas como a criação de cooperativas e também o próprio sistema de microfinanças para o fomento do comércio local de populações de baixa renda (AZAMBUJA, 2009, p. 292). Porém, isso se mostrou o bastante para associar o estudo à temática, inclusive para se tornar o de maior impacto.

Os outros dois estudos que obtiveram maior número de citações tratam mais diretamente sobre o tema pesquisado. “*A sustentabilidade das microfinanças solidárias*” e “*Informação de crédito: um meio para ampliar o acesso dos mais pobres*”, ambos foram publicados em 2005 e possuem um autor em comum: Ricardo Abramovay.

Tabela 2: Autores com maior número de documentos publicados

Autor	Quantidade de documentos	Instituição
Abramovay R.	5	FEA/USP
Barone F. M.	3	UERJ
Magalhães R.	3	USP
Neri M. C.	3	EPGE/FGV
Búrigo F. L.	2	UFSC
Galiza M.	2	MTE*
Paiva L. H.	2	MTE*
Santos C. A.	2	SEBRAE
Zouain D. M.	2	EBAPE/FGV

Fonte: Elaborado pela autora

*Notas (1): Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental no Ministério do Trabalho e Emprego.

A Tabela 2 mostra os autores com o maior número de documentos publicados recuperados pela pesquisa. Observa-se que são poucos os autores que publicaram mais de um artigo. Em um total de 57 pessoas responsáveis pela autoria dos 43 documentos utilizados pela base de dados, somente 9 publicaram 2 ou mais artigos. Destaque para Ricardo Abramovay, que foi quem mais publicou e que, em co-autoria, teve dois de seus trabalhos entre os de maior impacto na temática da microfinanças (ver Tabela 1).

Abramovay é professor titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP). Atua nas áreas de Economia, Sociologia e Agronomia, tendo como linhas de pesquisa as instituições do desenvolvimento territorial, sociologia econômica, finanças de proximidade, e gestão concertada dos recursos naturais. O autor possui mais de 40 artigos publicados e quase 30 citações na Web of Science, 80 na Scopus, que são duas das maiores bases de dados do mundo.

Na análise dos periódicos e eventos que mais publicaram sobre o tema, revelou-se um importante indicador sobre a pesquisa, a relevância do microcrédito (ou microfinanças) para a Administração Pública. Isso porque, como revela as Tabelas 3 e 4, os periódicos e eventos que mais abordaram a temática, foram aqueles pertencentes a instituições ligadas direta ou indiretamente, à Administração Pública.

Tabela 3: Periódicos com maior número de documentos publicados/quantidade citações e média de citações por documento

Periódico	Quant. de documentos	Quant. citações	Média de citações/doc.
Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise	6	58	9,6
Revista de Administração Pública	4	45	11,2
Sociologias	1	27	27
Revista de Pesquisa & Debate	1	26	26
Revista de Administração da Universidade de São Paulo	1	26	26
Estudos Sociedade e Agricultura	1	23	23
Revista Brasileira de Ciências Sociais	1	18	18
Cadernos de Ciência & Tecnologia	1	16	16
EconomiA	1	16	16
Economia Aplicada	1	16	16
Revista Econômica do Nordeste	1	15	15
Revista de Economia Política	1	15	15
Crítica de Ciências Sociais	1	14	14
Organizações & Sociedade	1	14	14
Rede Commodities Ambientais	1	14	14
Planejamento e Políticas Públicas	2	13	6,5
Revista de Economia e Sociologia Rural	1	12	12
Cadernos da Oficina Social	1	10	10
Conjuntura Econômica	1	9	9
Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise	1	8	8
Análise Econômica	1	7	7
Raízes	1	7	7
Revista de Administração Mackenzie	1	6	6
Caderno CRH	1	5	5
Revista de Administração Contemporânea	1	5	5
Revista Administração em diálogo	1	5	5

Fonte: Elaborado pela autora

Essa importância do microcrédito pode estar fundamentada na forma como ele tem sido visto e algumas vezes adotado, como uma política pública de geração de trabalho e renda, objetivando a redução da pobreza e desenvolvimento econômico e social. Segundo Sela et al. (2006, p. 15), “o microcrédito se tornou uma alternativa para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e importante instrumento no auxílio às políticas de combate ao desemprego”; sendo, inclusive, adotado como

ferramenta de interesse governamental que recebe apoio nas três esferas da Administração Pública.

Como indica a Tabela 3, o periódico com maior número de publicações (6 no total) foi o Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, que é uma publicação feita por uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cujas atividades de pesquisa auxiliam as “ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros” (IPEA, [2015?]). A Revista de Administração Pública (RAP), periódico publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), aparece em segundo lugar, com 4 trabalhos publicados sobre a temática.

Quando se trata de analisar qual periódico possui maior impacto baseado na quantidade citações que cada um obteve, o Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise continua no topo (58 citações no total). Porém, quando se analisa quais publicações de cada periódico que, individualmente, foram mais impactantes, o resultado é outro. A RAP ultrapassa o Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, pois possui maior média de citações por artigo (11, 2), do que este último (9,6). Entretanto, percebe-se que há uma grande variedade de periódicos e muitos deles com somente um artigo publicado, o que faz com que a média de citações por documento fique idêntica ao número total de citações de cada periódico. Desse modo, não é surpresa que o Sociologias (que como já visto antes, publicou “Os valores da Economia Solidária”), com apenas uma publicação, disponha do artigo que, individualmente, é o de maior impacto.

No tocante aos eventos, o Seminário Internacional de Microfinanças BNDES merece destaque. O evento ocorreu nos dias 02 e 03 de maio de 2000 como parte integrante do Programa de Desenvolvimento Institucional do BNDES no âmbito do convênio de cooperação técnica firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (VEGA, 2000).

Tabela 4: Eventos com maior número de documentos publicados/quantidade de citações e média de citações por documento

Evento	Quant. de doc.	Quant. de citações	Média de citações/doc.
Seminário Internacional de Microfinanças BNDES	3	27	9
Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) sobre a Reforma de Estado e da Administração Pública	2	14	7
Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD)	2	14	7
Seminário Banco Central sobre Microfinanças	1	10	10

Fonte: Elaborado pela autora

O objetivo do seminário era fornecer informações e debater sobre o segmento, no qual, o Programa de Desenvolvimento Institucional visava fortalecer a indústria

das microfinanças no Brasil, com a disponibilização de ferramentas de gerenciamento, operação e controle, e promoção da visibilidade da indústria e transparência de suas instituições (VEGA, 2000). Segundo Lima (2009, p. 61) o “BNDES tem sido um ator fundamental no estímulo ao desenvolvimento institucional das Instituições de Microfinanças (IMF) e à inserção dessas instituições no sistema financeiro nacional”, tendo criado vários programas de microfinanças no país.

O Seminário Internacional de Microfinanças BNDES é o evento com maior número de documentos publicados sobre a temática pesquisada e também o mais relevante ao se considerar a quantidade total de citações que obteve.

Porém, considerando-se a média de citações por documento, a publicação do Seminário Banco Central sobre Microfinanças fica em primeiro lugar. Entretanto, assim como se verificou várias vezes na análise dos periódicos, ele possui somente uma publicação.

Quanto aos anos em que se tiveram mais publicações sobre o tema, o Gráfico 1 responde a essa questão. Observa-se que as principais publicações sobre a temática do microcrédito e microfinanças começaram a surgir nos anos 2000.

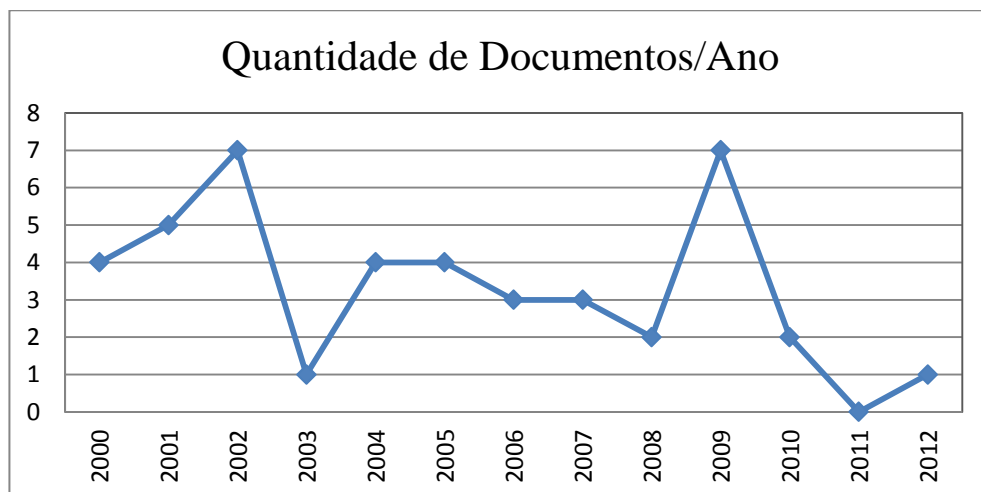


Gráfico 1: Quantidade de documentos publicados por ano

Fonte: Elaborado pela autora

Analisando a linha do tempo sobre o histórico das microfinanças no Brasil (Figura 2), apresentado anteriormente neste trabalho, percebe-se que importantes acontecimentos ligados a esse segmento ocorreram nos anos que antecederam o ano 2000. Entende-se que, por já terem sido abordados, torna-se desnecessário detalhá-los novamente e, também, porque associar esses acontecimentos à maior produção de artigos com a temática da microfinanças é apenas uma inferência, ou seja, pressupõe-se que a conjuntura econômica e os fatos relacionados ao segmento de microfinanças tenham colaborado e incentivado a produção de documentos na área. Não se pode, entretanto, dizer precisamente o quê e como se deu tal influência, fugindo do alcance (pelo menos neste estudo), a determinação de sua força e abrangência.

Porém, o que não se pode refutar, é que os anos de maiores picos, foram o ano de 2002 e 2009 que apresentaram o maior número de publicações. Excetuando-se todos os acontecimentos ocorridos e que poderiam ter alguma influência no aumento da produção nesses anos, obtém-se uma resposta simples para a quantidade de documentos publicados no ano de 2002. Só o periódico Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, (que como já visto, é periódico que mais tem publicações sobre o tema) publicou 5 dos 7 artigos publicados em 2002, fazendo com que a produção desse ano se elevasse de forma significativa.

Já para o ano de 2009, não existe uma resposta simples e clara. Os autores e periódicos responsáveis pelas publicações desse ano são diversos, não havendo nenhum sequer em comum. Mesmo que se fizesse uma inferência e quisesse encontrar uma justificativa nos fatos relacionados às microfinanças que ocorreram por volta de 2009, ainda assim, a tarefa seria muito difícil: não há nada tão relevante, em se tratando de acontecimentos, que tenha ocorrido no segmento das microfinanças nesse período. O último acontecimento importante foi no ano de 2005, com a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado – PNMPO.

O que se pôde perceber foi um “estreitamento” entre os temas microcrédito, políticas públicas e economia solidária. No ano de 2009, a maioria dos periódicos e artigos publicados possuía algum tipo de relação com um, ou mais, desses assuntos. Três dos periódicos responsáveis pelas publicações eram editados por institutos e fundações (Ipea e FGV) ligados à Administração Pública, que tem como um de seus papéis, a elaboração de políticas públicas. Os outros periódicos eram relacionados diretamente com as Ciências Sociais sendo que, a maioria dos artigos abordou, de alguma maneira, um dos assuntos citados anteriormente.

Como se pôde ver no Gráfico 1, desde o ano de 2009, as publicações tiveram uma queda até chegar em 2011 e aparecer com um pequeno ressurgimento em 2012. Por se tratar de um assunto novo e pelo intervalo de tempo compreendido pelo gráfico ser relativamente pequeno (12 anos), não se pode afirmar se agora há um começo de obsolescência do tema ou se é apenas um momento de flutuação, com pouca produção, como o observado em 2003, mas que foi precedido de significativa produção nos anos seguintes. Essa resposta só poderá ser obtida no decorrer dos próximos anos.

Na análise das referências mais citadas pelos autores dos documentos da base de dados (Tabela 5), três temas e suas correlações merecem destaque: o crédito (microfinanças, microcrédito), que é a temática principal deste trabalho; e sua vinculação com os dois outros temas destacados; a economia solidária; e a pobreza. Todos os estudos e livros mais citados e utilizados como referências nos documentos analisados possuíam algum tipo de relação com um ou mais dos temas elencados acima, ou seja, todos os estudos abordaram uma dessas temáticas, evidenciando o quanto elas são afins.

Paul Singer, economista e secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, possui dois dos seus livros entre os mais citados,

de acordo com a análise de referências. O economista costuma definir economia solidária como um “modo de produção que se caracteriza pela igualdade” de direitos. São os trabalhadores que detêm a posse dos meios de produção e são eles que coletiva e democraticamente realizam a gestão dos empreendimentos da economia solidária (SINGER, 2008).

Segundo Morais (2011, p. 4) “a economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social”. De acordo com o mesmo autor, as microfinanças também contribuem com a inclusão social, aumentando a qualidade de vida das pessoas de baixa renda através do acesso a serviços financeiros com menos burocracia e mais adequados as suas necessidades (MORAIS, 2011, p. 5).

Tabela 5: referências mais citadas

Referências	Citações
Stiglitz, Weiss (1981)	5
Parente (2002)	4
Ferrary (1999)	4
Singer (2002)	4
Yunus (2000)	4
Barone, et al. (2002)	3
Alves, Soares (2004)	3
Ferrarezi, Rezende (2000)	3
Fortuna (2001)	3
Franco (2002)	3
Hulme, Mosley (1996)	3
Kwitko et al. (1999)	3
Morduch (1999)	3
Singer, Souza (2000)	3

Fonte: Elaborado pela autora

Percebe-se que as duas temáticas evidenciadas na análise de referências, tanto a economia solidária, quanto as microfinanças (que se encaixa na categoria crédito, assim como o microcrédito, as finanças de proximidade, etc), possuem um objetivo em comum: o combate à pobreza, que é o terceiro tema apontado pela análise. Nessa luta contra a pobreza, a economia solidária e oferta de crédito podem atuar separada ou conjuntamente. De acordo com Paul Singer, o maior desafio da economia solidária é deixar de ser miserável e se tornar próspera, porém, os empreendimentos da economia solidária não têm acesso ao crédito justamente porque são pobres e excluídos pelo sistema financeiro tradicional que insiste em priorizar os grandes clientes. Segundo o economista, “toda uma luta contra a exclusão financeira está sendo travada pela economia solidária” e o microcrédito é uma das principais armas (SINGER, 2008, p. 302).

Outro importante indicador na análise de referências são os autores que foram mais citados nos documentos analisados. Em primeiro lugar, tem-se Ricardo Abramovay com 25 citações e, em segundo, Paul Singer com 14. Percebeu-se, porém,

significativa ocorrência de endogenia em termos de “excessiva autocitação ou referência excessiva à produção do próprio programa” (CALDAS, 2005, p. 5). No entanto, essa endogenia está altamente vinculada a trabalhos orientados, nos quais, em parceria com o aluno, o professor assume o papel de coautor e juntos, desenvolvem um estudo.

Tabela 6: Autores mais citados nas referências

Autores	Total de citações	Ranking das Citações	
		c/ autocitações	s/ autocitações
Abramovay R.	25	1º	3º
Singer P.	14	2º	1º
França Filho GC.	9	3º	4º
Caldas EL.	8	4º	5º
Stiglitz JE.	8		2º
Yunus M.	8		

Fonte: Elaborado pela autora

Devido ao exposto acima, resolveu-se fazer um ranking incluindo as autocitações, e outro, excluindo-as. O resultado foi algo totalmente diferente: ninguém manteve a mesma posição nos dois rankings, atentando-se para o fato de que as novas posições foram distribuídas somente entre os autores já apresentados na Tabela 6. Ricardo Abramovay caiu para o terceiro lugar em comparação ao primeiro ranking, ficando com um total de 6 citações. Paul Singer subiu para o primeiro, permanecendo com o mesmo número de citações que tinha no total (14). Este último é um dos mais influentes autores no Brasil em matéria de Economia Solidária (SANTOS et al. 2012). Possui mais de trinta livros publicados, dentre eles “*Introdução à Economia Solidária*” e “*Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*”, que estão entre os mais utilizados como referência pelos documentos analisados nesse estudo.

Continuando com a análise da Tabela 6, em segundo lugar, com 8 citações, tem-se Joseph Stiglitz, o autor do documento mais citado (ver Tabela 5), e Muhammad Yunus, um dos precursores do microcrédito no mundo todo.

Realizou-se também, uma análise dos conteúdos nos resumos dos artigos. Apesar de somente 21 artigos apresentarem resumos, foi possível visualizar as palavras de maior destaque e as que estão mais relacionadas com a temática das microfinanças. As palavras maiores (ver Figura 3) tiveram maior ocorrência nos resumos dos artigos analisados e as palavras menores, foram as de menor frequência.

Como se pode observar a seguir, a palavra de maior destaque é “microcrédito”. Isso demonstra como, no Brasil, o microcrédito é o mais conhecido e difundido serviço dentre as modalidades que compõe as microfinanças. Segundo Soares e Sobrinho (2007, p. 51), o microcrédito “é comumente entendido como a principal atividade do setor das microfinanças” devido à importância que possui para as políticas públicas na geração de trabalho e renda, e na redução da pobreza.

Talvez seja esse um dos fatores para a maior relevância e notoriedade do microcrédito.

Outra palavra de grande destaque que se apresenta na Figura 3 é “crédito”. Não é surpresa que essa palavra apareça em evidência neste estudo, já que o microcrédito (o mais notório serviço das microfinanças no Brasil) é ele próprio, uma forma de crédito.

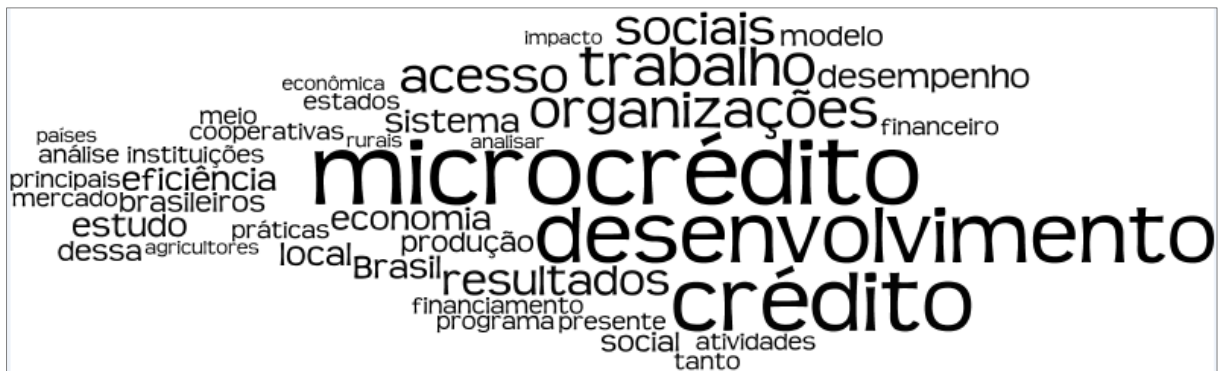


Figura 3: palavras mais frequentes nos resumos dos artigos

Fonte: Elaborado pela autora

No entanto, outra palavra de grande destaque, mas que não apresenta uma relação tão óbvia com o microcrédito, ou pelo menos não tão imediata como a palavra crédito, é “desenvolvimento”. Seria um equívoco associar “desenvolvimento” somente à ideia que alguns autores têm de que o microcrédito é, ou pelo menos é tido, como um instrumento de redução da pobreza e desenvolvimento econômico, social, regional, cultural, etc. Assim como é um equívoco excluir essa relação por completo, já que muitos estudos abordam justamente esse vínculo. No entanto, é preciso tomar cuidado com a abrangência e aplicação do conceito de “desenvolvimento”. No dicionário *“Aurélio Século XXI”* desenvolvimento é definido como “ato ou efeito de desenvolver”, e esse desenvolver apresenta-se no sentido de crescer, prosperar, aplicar, gerar, progredir e tantas outras concepções (FERREIRA, 2000, p. 222). Percebe-se com isso, que essa palavra é facilmente utilizada devido às diferentes formas em que pode ser aplicada. Restringir e fazer uma análise em cima de uma só concepção de desenvolvimento seria um erro, já que são diversas as maneiras com que esse termo poderia assumir nos resumos dos artigos analisados.

Antes de começar a análise das redes de relacionamentos entre os artigos mais citados pelo Google Acadêmico e as referências mais usadas por esses artigos, é necessário explicar como a base para a criação da Figura 4, foi construída. Realizou-se uma contagem das vezes em que um determinado autor teve seu(s) trabalho(s) usado(s) como referência pelos artigos mais citados do Google Acadêmico na área das microfinanças. Após isso, selecionaram-se os autores que tiveram seu(s) trabalho(s) utilizado(s) nas referências dos artigos, por um número mínimo de 4 vezes. Assim, dos 43 artigos extraídos do Google Acadêmico, sobraram 30, que eram justamente aqueles que citavam os autores mais usados como referência.

O próximo passo foi utilizar o software Pajek para a criação da Figura 4. No Pajek, as redes se formam a partir de três tipos de elementos básicos: os vértices, as arestas e os arcos (LEITE; FERNANDES, 2012). Nesse caso, os vértices na cor verde são os autores que tiveram seu(s) trabalho(s) utilizado(s) mais vezes como referência pelos artigos; e os vértices em cor amarela correspondem aos artigos.

Há duas formas em que esses vértices podem se conectar: pelas arestas, ou pelos arcos. A aresta é uma linha simples, não direcionada, que apenas une dois pontos. Já o arco é uma linha direcionada, com uma seta na ponta. As arestas indicam uma “cooperação bidirecionada ou equilibrada”, na qual dois autores (ou pesquisadores) contribuem da mesma forma para o desenvolvimento de um trabalho e os arcos “demonstram que a participação de um dos indivíduos foi preponderante”, ou seja, que um pesquisador contribuiu com uma maior transmissão de conhecimento que o outro (LEITE; FERNANDES, 2012). Na Figura 4, observa-se que só existem arcos ligando os vértices. Isso acontece porque o conhecimento contido nos trabalhos dos autores mais citados serviu de base para o desenvolvimento dos 30 artigos apresentados na figura.

Esclarecidos os primeiros passos para a criação da Figura 4, pode-se iniciar a análise das redes de relacionamentos. Para maior precisão na análise, pesquisou-se sobre os autores de cada um dos 30 artigos, a área de atuação e formação, assim como a área daqueles autores com seu(s) trabalho(s) mais usados(s) como referência pelos artigos.

Por meio da análise das redes de relacionamentos, percebeu-se a presença de três principais grupos temáticos: o primeiro (Agrupamento 1), em verde na figura, com os trabalhos na temática microcrédito e desenvolvimento rural; Agrupamento 2, em vermelho, com a temática microcrédito e economia política; e, por último, o Agrupamento 3, em laranja, com trabalhos voltados para a temática do microcrédito, pobreza e economia solidária.

Segundo Yaron et al. (1997, apud TONETO; GREMAUD, 2009), no meio rural há vários aspectos que dificultam muito o acesso das famílias rurais ao crédito através do sistema financeiro tradicional, como a tendência de que a população rural seja mais pobre que a urbana, baixa densidade populacional, operações em pequena escala, e falta de garantias reais. Por isso, vários governos se comprometeram com a criação de políticas e programas que resolvessem esse problema e atendessem essas camadas excluídas (TONETO; GREMAUD, 2009).

Nesse contexto, a ligação entre microcrédito e desenvolvimento rural (temática do Agrupamento 1) começa a fazer sentido. Isso porque, além das famílias rurais (que são geralmente de baixa renda) fazerem parte do público-alvo do microcrédito, programas de governo foram criados como política de desenvolvimento rural como, por exemplo, o Microcrédito Rural, elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Rural, tendo como objetivo, atingir os agricultores familiares pobres, podendo financiar tanto atividades agrícolas como não agrícolas, mas, que geram renda (BRASIL, [2015?]).

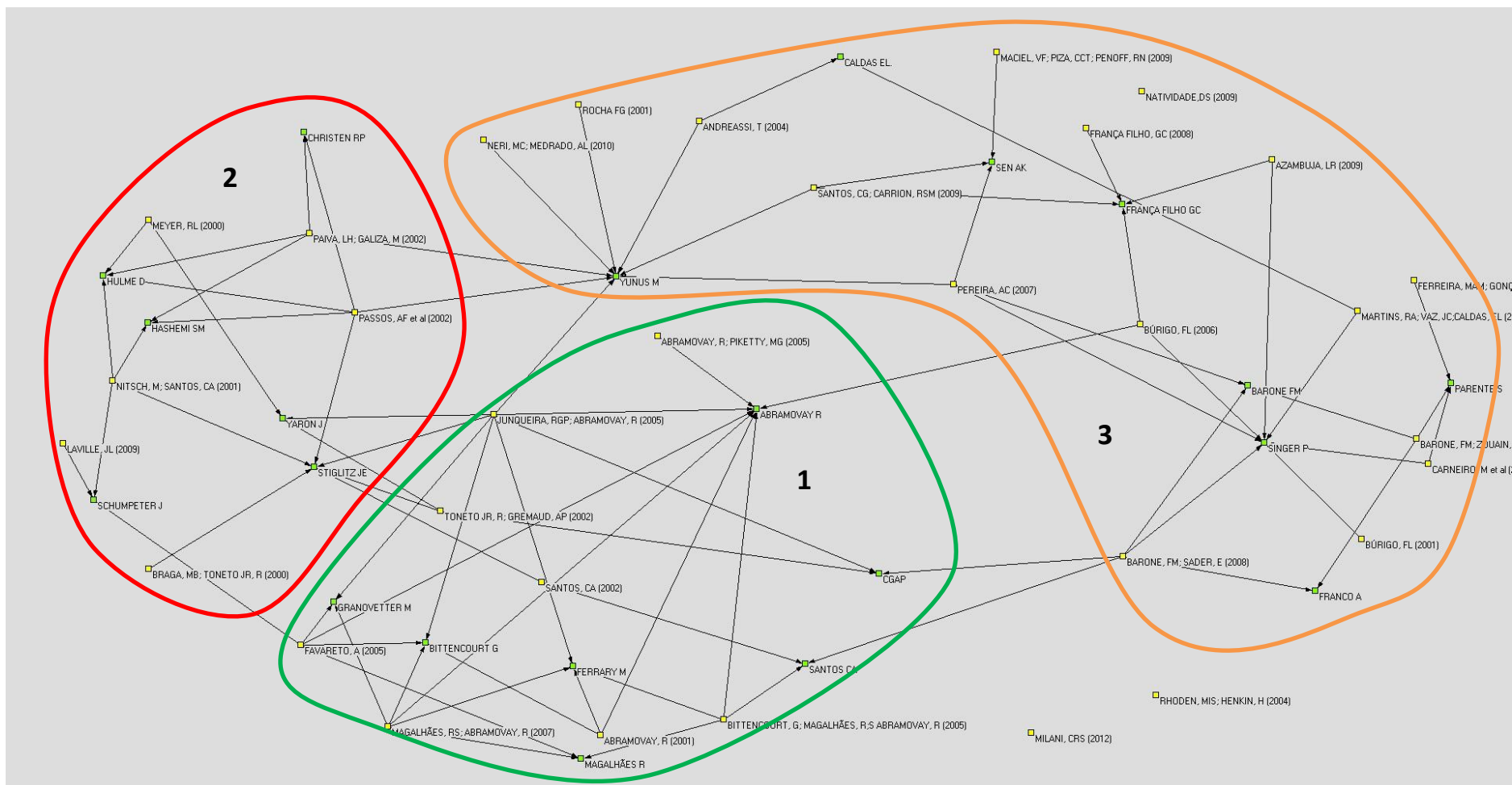


Figura 4: Análise das redes de relacionamentos
 Fonte: Elaborado pela autora

Essa prática de adoção do microcrédito como política pública de combate à pobreza e desenvolvimento não foi utilizada somente no meio rural, mas também na zona urbana (TONETO; GREMAUD, 2009). Isso contribuiu para que o Agrupamento 2, com trabalhos na temática microcrédito e economia política, fosse formado.

De acordo com Braga e Toneto (2000), o microcrédito tem sido o principal instrumento das chamadas políticas de geração de emprego e renda. No entanto, este mecanismo possui uma lógica diferente das políticas assistencialistas. O microcrédito se diferencia de tais políticas ao substituir a prática de doações e subsídios pela criação de oportunidades de inserção dos beneficiários no processo produtivo. Porém, se isso realmente funciona e se o microcrédito consegue cumprir seu papel de política pública, atingindo a população de baixa renda e aliviando-a da pobreza, é o que provoca grande discussão entre os autores.

Segundo os autores do Agrupamento 2, Paiva e Galiza (2002, p. 45), o “microcrédito pode chegar aos mais pobres, existem mecanismos relativamente claros para isso, e há dados que demonstram sua eficiência como instrumento para a superação da condição de pobreza”. Já para Pimentel e Kerstenetzky (2008), o microcrédito não consegue atingir os mais pobres, o núcleo duro da pobreza. No mesmo sentido, Colodeti e Leite (2011, p. 6) argumentam que “a concessão de microcrédito insere-se num conjunto maior de políticas estatais que não contribui para diminuir as gritantes desigualdades que marcam a sociedade brasileira”. Nitsch e Santos (2001, p. 182), complementam afirmando que “o microcrédito não é um instrumento adequado para suprir deficiências de política social e tampouco pode substituir uma política econômica que esteja voltada para o emprego e a geração de renda”. No entanto, esses mesmos autores ressaltam que se observados os limites do microcrédito, ele ainda pode ser um instrumento para fomento de desenvolvimento econômico e social.

Já no Agrupamento 3, os elos do microcrédito com a pobreza e com a economia solidária mais uma vez se reforçam. Segundo Fernandes (2008, p. 26) “as políticas de microcrédito podem ser vistas como uma forma de exteriorização da Economia Solidária, cuja essência pauta-se na cooperação entre os povos, no ajudar mútuo e no implemento do desenvolvimento socioeconômico”. A economia solidária é, sobretudo, de natureza cooperativista e assistencialista e o governo brasileiro tem incentivado de forma retórica e prática o cooperativismo de crédito, como forma de ampliar o microcrédito não só para as micro e pequenas empresas, como também para as pessoas físicas (FRANÇA FILHO, 2008; FERREIRA et al., 2007). Segundo o próprio Paul Singer, um dos autores mais citados pelos artigos analisados no presente estudo, o microcrédito constitui-se em uma das ferramentas utilizadas pela economia solidária como forma de combate à exclusão financeira (SINGER, 2009).

Já a relação entre o microcrédito e pobreza é bem mais antiga. A experiência de maior impacto e que popularizou o microcrédito no mundo todo, o Grameen Bank, fundado por Muhammad Yunus, já tinha como objetivo aliviar a pobreza. Yunus resolveu fundar o Grameen Bank para proporcionar o acesso ao crédito a pessoas que viviam em situação de extrema pobreza em Bangladesh. Para ele já

chegou o momento de transformar a pobreza em relíquia do passado e seu modelo de microcrédito vem sendo apontado por muitos acadêmicos e organizações multilaterais como uma das alternativas mais indicadas para diminuir a quantidade de pobres no mundo (YUNUS, 2010; YUNUS, 2015; SANTOS; CARRION, 2009).

Vale ressaltar que o criador do “banco dos pobres”, Muhammad Yunus, é o único que possui ligação (arcos) com todos os agrupamentos. Isso demonstra sua importância quando o tema é microcrédito, e como a sua iniciativa de fundação do Grameen Bank pode ter se tornado indispensável para discussão em trabalhos e artigos que possuem a microfinanças como o principal tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo tinha como objetivo central analisar as características da produção científica na área das microfinanças no Brasil. Com os resultados obtidos foi possível visualizar algumas dessas características, como os principais autores e revistas na área, e os conceitos e temas mais relacionados com as microfinanças.

Com os achados da pesquisa, ficou explícito que no Brasil, no âmbito das microfinanças, o microcrédito é o que possui maior destaque. Outro resultado muito importante foi o que demonstrou a relevância do microcrédito para a Administração Pública, já que os principais periódicos e eventos que publicaram trabalhos com essa temática foram aqueles pertencentes a instituições que estavam ligadas direta ou indiretamente à Administração Pública. Essa relevância do microcrédito pode ser expressa e concretizada na visão que o microcrédito adquiriu como sendo um importante instrumento nas políticas de geração de emprego e renda (BRAGA; TONETO JÚNIOR, 2000, p. 71). Isso justifica o aparecimento da economia política, de acordo com os resultados do presente estudo, como um dos temas que possui forte relação com o microcrédito.

Outro tema que, com os resultados da pesquisa, mostrou-se fortemente ligado ao microcrédito foi a Economia Solidária. Uma das provas disso é que o artigo de maior impacto e maior número de citações dentre os artigos da área de microfinanças estudados neste trabalho, foi um que tinha como título: “*Os valores da Economia Solidária*”, de Lucas Azambuja. Outra evidência é o aparecimento de Paul Singer, um dos mais influentes escritores no Brasil em matéria de Economia Solidária (SANTOS et al. 2012), no rol de autores mais usados como referência pelos artigos analisados na pesquisa.

Além de Paul Singer, neste estudo, Ricardo Abramovay também foi apontado como um autor relevante. Ele é o pesquisador que mais publicou e mais recebeu citações na área das microfinanças no Brasil. No entanto, é preciso tomar cuidado para a quantidade de autocitações e a ocorrência de endogenia.

Porém o autor mais usado como referência por uma diversidade maior de artigos, ou seja, aquele que mais foi citado por trabalhos que abordavam assuntos diferenciados mas, é claro, relacionados com a microfinanças, foi Muhammad Yunus.

Um dos maiores precursores do microcrédito no mundo e fundador do Grameen Bank teve seu exemplo de banco replicado em outros países e também abordado por diversos estudos com a temática das microfinanças, como demonstrado nos resultados deste trabalho.

Talvez seja por causa dessa difusão do exemplo de microcrédito criado por Yunus, com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito às pessoas mais pobres, que o serviço das microfinanças tem sido abordado quase sempre sob um aspecto específico: o social. Percebe-se, com os resultados obtidos na pesquisa, que o microcrédito tem sido discutido muito mais em função do seu público-alvo e quais os benefícios adquiridos pela sociedade através do microcrédito como, por exemplo, a redução da pobreza, e também o desenvolvimento, seja ele social, econômico, cultural, etc. Não é à toa que esses dois conceitos (pobreza e desenvolvimento) mostraram-se intimamente relacionados com o microcrédito, sendo quase impossível citar esse último sem falar em pobreza e desenvolvimento.

É com base nessa conclusão, que se faz necessário chamar a atenção para a importância do resgate do microcrédito, ou das microfinanças como um todo, para a sua área de natureza ou origem: as finanças. Não se pretende desconsiderar e nem excluir por completo o papel social que o microcrédito tem ou pode vir a ter, e sim salientar a pouca discussão e a necessidade de se estudar e abordar mais as microfinanças dentro da área a qual elas pertencem. Reside nessa observação a sugestão deste trabalho para estudos futuros: estudar as microfinanças dentro da área de finanças e levantar questões como: “custa caro oferecer microcrédito?” e ainda, “o microcrédito é um campo rentável? Gera lucro?”; e “as taxas de juros cobradas? São compatíveis com a capacidade de pagamento daqueles que usufruem do microcrédito?” Além disso, sabe-se também que o microcrédito é o serviço microfinanceiro de maior destaque, porém, “quais outros produtos das microfinanças são oferecidos no Brasil, e quais os seus mecanismos? Quem os oferece?”. É claro que não se tem a pretensão de esgotar a infinidade de questões que podem ser levantadas, mas apenas dar alguns exemplos para que sirvam de inspiração para futuros estudos.

Reconhece-se também, as limitações deste trabalho, caracterizadas principalmente pelo número relativamente pequeno de artigos (43 no total) utilizados como base de informações para a execução da pesquisa, consequência do crivo que se fez necessário para maior credibilidade do estudo e diante da enorme gama de documentos oferecidos pelo Google Acadêmico. É também consequência dos critérios utilizados para a seleção de documentos analisados, que o período de tempo compreendido pelos artigos estudados cessou no ano de 2012. Porém, seria totalmente equivocado declarar a obsolescência do tema, já que, por questões óbvias de tempo, os artigos publicados nos anos mais recentes ainda não tiveram a oportunidade de estar entre os mais citados na área das microfinanças e, com isso, participarem da lista de artigos utilizados para análise no presente trabalho.

Por fim, conclui-se que, apesar disso, esse estudo cumpriu com o seu objetivo de analisar as características e fornecer um conjunto de particularidades e padrões no

que concerne às publicações da área de microfinanças no Brasil. Informações essas, que serão de grande valia para todos aqueles que terão as microfinanças como o tema central de seus estudos e pesquisas.

6 REFERÊNCIAS

AMARAL, Carlos. Microfinanças e Produção Sustentável nos Ambientes Costeiro e Marinho no Brasil: Possibilidades e Desafios. Estudo realizado a partir de solicitação da Agência Costeira, [s.n.] fevereiro de 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E4FBEDD1847/estudo_microfinancas_producao_sustentavel.pdf>. Acesso em: 02 Out 2014.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/viewFile/3707/3495>>. Acesso em: 02 Jun 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES OPERADORAS DE MICROCRÉDITO E MICROFINANÇAS. Instituições associadas à Abcred emprestam mais de R\$800 milhões, em 2013. ABCRED, [2014?]. Disponível em: <<http://www.abcred.org.br/Destaque/Details/40?Source=http://www.abcred.org.br/>>. Acesso em: 05 Out 2014.

ASTROM, Fredrik, DANELL, Rickard, LARSEN, Birger, SCHNEIDER, Jesper Wiborg. Celebrating Scholarly Communication Studies. **International Society for Scientometrics and Informetrics**, [S.I.], v. 05, junho de 2009, pp. 01-89. Disponível em: <<http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordOId=1458990&fileOId=1458992>>. Acesso em: 01 Mai 2015.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Valores da Economia Solidária. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, jan/jun, 2009, pp. 282-317. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100012>. Acesso em: 06 Jun 2014.

BARONE, Marcelo Francisco, LIMA, Paulo Fernando, DANTAS, Valdi, REZENDE, Valéria. Introdução ao Microcrédito. **Conselho da Comunidade Solidária**, Brasília, 2002, p. 65. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>>. Acesso em: 06 Jun 2014.

_____; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. *RAP*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, nov/dez 2008, pp 1249-1267

_____; ZOUAIN, Deborah Moraes. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. *RAP*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, nov/dez 2008, pp 1249-1267. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n6/12.pdf>>. Acesso em: 06 Jun. 2014.

_____; _____. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. *RAP*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, mar/abr 2007, pp. 369-380. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n2/10.pdf>>. Acesso em: 06 Jun 2014

BATAGELJ, Vladimir; MRVAR, Andrej. Program for Analysis and Visualization of Large Networks. Ljubljana: Preprint series, v. 41, 2003. Disponível em: < <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.108.5239&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 28 Abr 2015.

BIJOS, Leila. A trajetória dos programas de microcrédito: Brasil/Canadá. *Interfaces Brasil/Canadá*, Rio Grande, n. 4, 2004, pp. 157-168. Disponível em: <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/interfaces/article/viewFile/793/619>>. Acesso em: 06 Jun 2014

BRAGA, Márcio Bobik; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Microcrédito: aspectos teóricos e experiências. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 18, n. 33, mar/set 2000, pp. 69-86. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10643/6277>> . Acesso em: 06 Jun 2014

BRASIL. Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001. Dispõe sobre a instituição de sociedades de crédito ao microempreendedor. Brasília: **Câmara dos Deputados**, Centro de Documentação e Informação, 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Brasília, DF, [2015?]. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/>>. Acesso em: 21 Jun 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portal do Trabalho e Emprego**. Brasília, DF, [2014?]. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/pnmpo/esclareca-suas-duvidas/>>. Acesso em: 02 Out 2014.

BUFREM, Leilah; PRATES, Yara. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. *Ci. Inf*, Brasília., v. 34, n. 2, mai/ago 2005, pp. 9-25,.

Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/682/587>>. Acesso em: 02 Jun 2014.

CALDAS, Miguel Pinto. Análise bibliométrica da produção científica brasileira de R. H. na década de 1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3163/P00314_1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 Mai 2015.

CALVACANTI, André Bezerra. Microcrédito: Uma Alternativa de Política Pública Local de Crédito Produtivo para o Micro e Pequeno Empreendedor. Caderno do Ceas, 2005. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2003/POP/2003_PO2036.pdf>. Acesso em: 06 Jun 2014

CAREGNATO, S. E. Google Acadêmico como ferramenta para os estudos de citação: Avaliação da Precisão das Buscas por Autor. **RPA**, Salvador, v. 5, n. 3, dez 2011, p. 72-86. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/5682/4106>>. Acesso em: 02 Jun 2014.

_____, VANZ, S. A. S. Estudos de Citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 295-307, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/75/35>>. Acesso em: 02 Jun 2014.

CARNEIRO, Murilo, ROMANI, Gianni, CASTAÑÓN, Aníbal Américo Beltran, MATIAS, Alberto Borges. Fontes de Financiamento de Organizações de Microcrédito sem fins Lucrativos: um estudo comparativo entre Brasil, Chile e Peru. Disponível em:<http://www.cepefin.org.br/publicados_pdf/fontes_de_financiamento_de_organizacaoes_de_microcredito_sem_fins_lucrativos_cladea_2004.pdf>. Acesso em: 06 Jun 2014.

COLODETI, Vicente de Paulo; LEITE, Izildo Côrrea. Microcrédito, informalidade e combate à pobreza. In: V JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, São Luís, MA, Brasil. **Anais...**São Luís/MA: 23 a 26 de Agosto de 2011, p. 01-09. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESGUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA/MICROCREDITO_INFORMALIDADE_E_COMBATE_A_POBREZA.pdf>. Acesso em: 21 Jun 2015.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO para o DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Microfinanças: microcrédito e microsseguros no Brasil, o papel das instituições financeiras. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <

<http://cebds.org.br/publicacoes/microfinancas-microcredito-e-microseguros-no-brasil/#.VD2fYbDF81Y>>. Acesso em: 04 Out 2014

CONSTANZI, Rogério Nagamine. Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda. **Boletim de Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, [S.I.], 2002. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E2B23753A66/microcredito_ambito_polilticas_publicas_trabalho_renda.pdf>. Acesso em: 06 Jun 2014.

CROCCO , Marco; PEREIRA, Fernando Batista. Metas sociais de programas de microcrédito financeiramente viáveis. **UFRGS: Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 22, n. 42, março 2004. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10801/6411>>. Acesso em: 06 Jun 2014

DESENVOLVIMENTO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Aurélio século XXI: o minidicionário da Língua Portuguesa. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: **Nova Fronteira**, 2001.

DRIUSSO, Marcelo; GONZALEZ, Lauro. Inovações no Microcrédito. FGV- EAESP: **GV Executivo**, [S. I.], v. 7, n. 3, mai/jun 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/viewFile/34154/32947>>. Acesso em: 06 Jun 2014.

FONSECA, E. N. Bibliografia estatística e bibliometria: uma reivindicação de prioridades. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n.1, 1973, pp. 5-7. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1625/1234>>. Acesso em: 12 Nov 2014.

FEINBERG, Jonathan. Wordle.net. [2013]. Disponível em: <<http://www.wordle.net/>>. Acesso em 02 Mai 2015.

FERNANDES, Fernanda Vasconcelos. A economia solidária e o desenvolvimento socioeconômico por meio do microcrédito. **Prima Facie**, João Pessoa, 2008, pp. 01-45. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/primafacie/article/viewFile/7243/4343>>. Acesso em: 21 Jun 2015.

FERREIRA, Marco Aurélio Marques, GONÇALVES, Rosiane Maria Lima; BRAGA, Marcelo José. Investigação do desempenho das cooperativas de crédito de Minas Gerais por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA). *Econ. Aplic.*, São Paulo, v. 11, n. 03, jul/set 2007, pp. 425-445. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502007000300006&script=sci_arttext. Acesso em: 06 Jun 2014.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. O&S, [S.I.], v, 15, n. 45, abr/jun 2008, pp. 219-232. Disponível em: < <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/viewArticle/10961>>. Acesso em: 06 Jun 2014.

GUEDES, Vânia; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. [S. I.: s. n.], 2005. Disponível em: <<http://www.feg.unesp.br/~fmarins/seminarios/Material%20de%20Leitura/Bibliometria/Artigo%20Bibliometria%20%20Ferramenta%20estat%EDstica%20VaniaLSGuedes.pdf>>. Acesso em: 12 Nov 2014

GULLI, Hege (1998). Microfinance and Poverty: Questioning the Conventional Wisdom. In: NERI, Marcelo; MEDRADO, André Luiz. Experimentando Microcrédito: uma Análise de Impacto do Crediamigo no Acesso a Crédito. Documentos Técnicos-Científicos, v. 41, n. 1, jan/mar 2010, pp. 133-154. Disponível em: < http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1177>. Acesso em: 06 Jun 2014.

HELMS, Brigit (2006). Access for all: building inclusive financial systems. In: SILVA, Roberto Vilela de Moura; GÓIS, Lúcia Spinola. As diferentes metodologias de microcrédito no Brasil e no mundo. TecCred, [S.I.], dezembro de 2007. Disponível em:<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E22D14A1690/metodologias_microcredito.pdf>. Acesso em: 02 Out 2014.

HOLLIS, A.; SWEETMAN, A. Microcredit: what can we learn from the past? **World Development Elsevier Science**, v. 26, n. 10, 1998, pp. 1875-1891.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O Ipea: quem somos**. Brasil, [2015?]. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=68>. Acesso em: 17 Abr 2015.

LEITE, Denise; FERNANDES, Cleoni Barboza. Qualidade da educação superior: avaliação e implicações para o futuro da Universidade. Porto Alegre, **EDIPUCRS**, 2012. 588 p. (Série Qualidade da Educação Superior, v.6). Disponível em: < <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0206-0.pdf>>. Acesso em 03 Mai 2015.

LIMA, Shanna Nogueira. Microcrédito como política de geração de emprego e renda. **Revista do BNDES**, [S.I.], dezembro de 2009, pp. 47-76. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3202.pdf>. Acesso em: 06 Jun 2014

MACEDO, Mariano Matos; GRECO, Simara; ANDREASSI, Tales; ANTUNES, Adriano; BORGES, Cândido; PANSARELLA Laura; AIDAR, Marcelo; BEDÊ, Marco Aurélio; SALUSSE, Marcus; NETO, Mário; GUIMARÃES, Morlan; FERNANDES, Rene; NASSIF, Vânia. Global Entrepreneurship Monitor 2013: Empreendedorismo no Brasil. Curitiba: **IBQP**, 2013. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/GEM-2013:-recorde-de-empreendedores-por-oportunidade,detalhe,29>. Acesso em: 04 Out 2014.

MACIEL, Harine Matos; KHAN Ahmad Saeed; MAYORGA, Ruben Dario; ALENCAR JÚNIOR; José Sydrião de . O Impacto do Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) na Melhoria das Condições das Famílias Beneficiadas no Estado do Ceará: um Estudo de Caso. **REN**, [S.I.], v. 40, n. 3, jul/set 2009, pp. 559-586. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1152>. Acesso em: Jun 06 2013.

MARTINS, Paulo Haus; WINOGRAD, Andrei; SALLES, Renanta Carvalho. Regulamentação das microfinanças. Rio de Janeiro: **BNDES**, 2002. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/microfin/06regulamentacao.pdf>. Acesso em: 19 Set 2014

MIGUEL, Antônia Selene. Microcrédito e combate à pobreza sob a perspectiva de organismos internacionais. In: II SEMANA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA. São Carlos, SP, Brasil. **Anais...** São Carlos/SP: [2014], p. 1-31. Disponível em: <<http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Microcr%C3%A9dito-e-combate-%C3%A0-pobreza-sob-a-perspectiva-de-Organismos-Internacionais..pdf>>. Acesso em: 14 Mai 2015.

MORAIS, Leonardo da Silva. Desenvolvimento local no Brasil: Economia Solidária e Microfinanças como mecanismos. In: VII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, Niterói, RJ, Brasil. **Anais...** Niterói/RJ: 12 e 13 de Agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/setembro/Economia%20solidaria%20e%20microfinancas.pdf/view>>. Acesso em: 02 Mai 2015.

MUGNAINI, Rogério; STREHL, Letícia. Recuperação e impacto da produção científica na era Google: uma análise comparativa entre o Google Acadêmico e a Web of Science. Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. **Ci. Inf.**, Florianópolis, 1º sem. 2008, , pp.

92-105. Disponível em: <
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/15182924.2008v13nesp1p92/1570>>. Acesso em: 02 Jun 2014.

NERI, Marcelo; MEDRADO, André Luiz. Experimentando Microcrédito: uma Análise de Impacto do Crediamigo no Acesso a Crédito. *Documentos Técnicos-Científicos*, v. 41, n. 1, jan/mar 2010, pp. 133-154. Disponível em: <
http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1177>. Acesso em: 06 Jun 2014

NITSCH, Manfred; SANTOS, Carlos A. Da repressão financeira ao microcrédito. *REP*, v. 21, n. 4, out/dez 2001, pp. 172-183. Disponível em: <
<http://www.rep.org.br/pdf/84-10.pdf>>. Acesso em: 06 Jun 2014.

PAIVA, Luis Henrique; GALIZA, Marcelo. Microcrédito: alternativas em evidência no país. *Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, [Brasília], 2002, pp. 43-50. Disponível em: <
http://www.abscm.com.br/download/publicacoes/Microcredito_Alternativas%20em%20evidencia%20no%20pais.pdf>. Acesso em: 06 Jun 2014.

PASSOS, Alessandro Ferreira dos; PAIVA, Luís Henrique; GALIZA Marcelo; COSTANZI, Rogério Naganime. Focalização, sustentabilidade e marco legal: uma revisão da literatura de microfinanças. *Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, [Brasília], n. 18, fev. 2002, pp. 41-61. Disponível em: <
http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_018i.pdf>. Acesso em: 06 Jun 2014.

PIMENTEL, Vinícius; KERSTENETZKY, Celia Lessa. Microcrédito: por que os bancos privados não bancam? *Textos para discussão*, Niterói, jul. 2008, pp. 01-31. Disponível em: <
http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD242.pdf>. Acesso em: 21 Jun 2015.

PRITCHARD, Alan. Statistical bibliography or bibliometrics? *Journal of Documentation*, London, 1969. In: BUFREM, Leilah; PRATES, Yara. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. *Ci. Inf*, Brasília, 2005, pp. 9-25. Disponível em: <
http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/05/pdf_525e91474a_0009906.pdf>. Acesso em: 21 Out 2014.

SANTOS, Claire Gomes; CARRION, Rosinha da Silva Machado. Microcrédito e pobreza: um diálogo possível? *RAC*, Curitiba, v. 13, junho 2009, pp. 53-67. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552009000500005&script=sci_arttext>. Acesso em: 06 Jun 2014.

SANTOS, Luis Miguel Luzio dos; OLIVEIRA, Bernardo Carlos; PELOSI, Edna Marta. Economia Solidária em contexto: um breve mapeamento dos empreendimentos solidários no Brasil. **Revista Acadêmica de Economia**, Londrina, n. 120, 2012. Disponível em: <<http://www.eumed.net/coursecon/ecolat/br/12/sop.html>>. Acesso em 04 Mai 15.

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. . Produção Científica : Por que medir ? O que medir ?. **RDBCI**, Campinas, v. 1, n.1, jul/dez 2003, pp. 22-38. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/285/165>>. Acesso em: 02 Jun 2014

_____; KOBASHI, Nair Yumiko. Bibliometria, Cientometria, Infometria: Conceitos e Aplicações. **Ci. Inf.**, Brasília, v.2, n.1, jan./dez. 2009, pp.155-172. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/21/43>>. Acesso em: 02 Jun 2014.

SCHREINER, Mark (2001). Informal Finance and the Design of Microfinance. In: NERI, Marcelo; MEDRADO, André Luiz. Experimentando Microcrédito: uma Análise de Impacto do Crediamigo no Acesso a Crédito. Documentos Técnicos-Científicos, v. 41, n. 1, jan/mar 2010, pp. 133-154. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1177>. Acesso em: 06 Jun 2014.

SELA, Vilma Meurer; SELA Francis Ernesto Ramos; COSTA, Saulo César da. A importância do microcrédito para o desenvolvimento econômico e social: um estudo sobre as contribuições proporcionadas pelo Banco do Povo de Maringá aos tomadores de microcrédito. In: . In: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, Salvador, BA, Brasil. Anais... Salvador/BA: 23 a 27 de Setembro de 2006, p. 1-17. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsb-2602.pdf>> . Acesso em: 06 Jun 2014.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Micro e Pequenas empresas geram 27% do PIB no Brasil**. Brasil, [2014?]. Disponível em:<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/Micro-e-pequenas-empresas-geram-27%25-do-PIB-do-Brasil>>. Acesso em 05 Out 2014

_____. **Oscip: como regularizar?** Brasil, [2014?]. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/ideais/default.asp?vcdtexto=1294&%5E%5E>>. Acesso em: 02 Out 2014

SILVA, Marcos Roque da. O papel do micro-crédito e das micro-finanças como instrumentos de redução da pobreza. In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, Lisboa, Portugal. **Anais...** Lisboa: 08 a 11 de Outubro de 2002, p. 01-10. Disponível em: <
<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0044557.pdf>>.
 Acesso em: 06 Jun 2014.

SINGER, Paul. Economia Solidária, entrevista com Paul Singer: entrevista. [23 de setembro, 2007]. São Paulo: **Estudos Avançados**, vol. 22, n. 68, 2008, pp. 289-314. Entrevista concedida a Paulo de Salles Oliveira. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020>
 Acesso em: 26 Abr 2015.

SOARES, Marden Marques; SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo. Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. **BCB**, Brasília, 2007, p. 170, il. color. Disponível em: <
http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_microfinan%27as_2007_internet.pdf>. Acesso em 02 Out 2014.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria : uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **C. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 2, mai/ago 2002 pp. 152-162 . Disponível em: <
http://www.cin.ufpe.br/~ajhol/futuro/references/03%23_Da%20bibliometria%20%E0%20webometria_12918.pdf>. Acesso em: 02 Jun 2014.

VANZ Samíle Andréa de Souza; STUMPF, Ida Regina Chittó. Procedimentos e ferramentas aplicados aos estudos bibliométricos. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v. 20, n. 2, mai/ago 2010, pp. 67-75. Disponível em: <
<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4817/4358>>. Acesso em: 08 Mai 2015.

VEGA, Cláudio Gonzáles. Uma visão geral das microfinanças. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE MICROFINANÇAS DO BNDES, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Anais...** Rio de Janeiro/RJ: 02 a 03 de Maio de 2000. Disponível em: <
<http://www.abscm.com.br/download/publicacoes/Seminario%20BNDES%20Microfinancas.pdf>>. Acesso em: 06 de Jun 2014.

YARON, Jacob; BENJAMIN, M.; PIPREK, G. Rural finance: issues, design and best practice. Washington: World Bank, 1997. In: TONETO JÚNIOR, Rudinei; GREMAUD, Amaury Patrick. Microcrédito e o financiamento rural: recomendações de desenho e gestão a partir da experiência mundial. **PPP**, Ribeirão Preto, n. 25,

jun/dez 2002, pp. 91-104. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E2995A535C0/microcredito_financiamento_rural.pdf>. Acesso em: 06 Jun 2014.

YUNUS, Muhammad. Criando um negócio social: como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade. Tradução de Leonardo Abramowicz. Rio de Janeiro: **Elsevier**, 2010.

YUNUS, Muhammad. Todas as pessoas têm potencial para empreender, diz 'banqueiro dos pobres': entrevista. [27 de abril, 2015]. São Paulo: **Folha de São Paulo**. Entrevista concedida a Robson Rodrigues. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1621461-todas-as-pessoas-tem-potencial-para-empreender-diz-banqueiro-dos-pobres.shtml>> . Acesso em: 07 Mai 2015.

Referências bibliográficas da Tabela 5

ALVES, Sérgio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. Democratização do crédito no Brasil e atuação do Banco Central. **Bacen**, Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/democrat.pdf>>. 28 Abr 2015.

BARONE, Marcelo Francisco, LIMA, Paulo Fernando, DANTAS, Valdi, REZENDE, Valéria. Introdução ao Microcrédito. **Conselho da Comunidade Solidária**, Brasília, 2002, p. 65. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>>. Acesso em: 06 Jun 2014.

FERRAREZI, Elisabete; REZENDE, Valéria. Oscip — Organização da Sociedade Civil de Interesse Público: a Lei 9.790/99 como alternativa para o terceiro setor. **Conselho da Comunidade Solidária**, Brasília, 2000.

FERRARY, Michel. Confiance et accumulation de capital social dans la régulation des activités de crédit. **Revue Française de Sociologie**, [S.l.], v.40, n. 3, jul/set. 1999, pp. 559-586. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsoc_0035-2969_1999_num_40_3_5189>. Acesso em: 29 Abr 2015.

FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços. Rio de Janeiro: **Qualitymark**, 2001.

FRANCO, Augusto de. Pobreza & desenvolvimento local. Brasília: **Arca Sociedade do Conhecimento**, 2002.

- HULME, David; MOSLEY, Paul. Finance Against Poverty. London: **Routledge**, 1996.
- KWITKO, Evanda Burtet, BURTET, Douglas, WEIHERT, Uwe. Manual para Formação de Agentes de Crédito: Programa de Crédito Produtivo Popular. Rio de Janeiro: **BNDES**, 1999.
- MORDUCH, Jonathan. The microfinance promise. *Journal of Economic Literature*, [S.I.], v. 37, dezembro de 1999, pp. 1569–1614. Disponível em: <http://wagner.nyu.edu/files/faculty/publications/1999-12-Microfinance_Promise.pdf>. Acesso em: 28 Abr 2015.
- PARENTE, Silvana. Microfinanças: Saiba o que é um Banco do Povo. Brasília: **Agência de Educação para o Desenvolvimento**, 2002.
- SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: **Fundação Perseu Abramo**, 2002.
- _____ ; SOUZA, André Ricardo. (orgs.). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: **Contexto**, 2000. pp.11-28.
- STIGLITZ, Joseph Eugene; WEISS, Andrew. Credit Rationing in Markets with Imperfect Information. **The American Economic Review**, [S.I.], v. 71, n. 3, jun. 1981, pp. 393-410. Disponível em: <<http://www.economia.puc-rio.br/Mgarcia/Macro%20II%20-%20Mestrado/StiglitzWeiss1981.pdf>>. Acesso em: 29 Abr 2015.
- YUNUS, M. O banqueiro dos pobres. São Paulo: **Ática**, 2000.

